

Editorial

A FEE vem sendo protagonista, há bastante tempo e ao lado de vários outros atores representativos do pensamento econômico gaúcho, de um debate, que foi em alguns momentos apaixonado e em outros pessimista, mas sempre muito necessário, sobre os caminhos do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Uma idéia muitas vezes apresentada em tais discussões acolhia um certo sentimento de inferioridade, que via a posição do Estado, o qual sempre esteve entre os membros da Federação de maior peso econômico, estar sendo ameaçada por um desempenho aparentemente superior de outras unidades, notadamente dos vizinhos da Região Sul. Argumento importante na forma como esse debate vem sendo conduzido recentemente é o que aponta os descaminhos na gestão do setor público estadual como responsável por tal situação. Há pouco mais de um ano, o Núcleo de Estudos do Estado e Setor Financeiro (NEESF) de nossa Fundação publicou uma análise sobre a situação da Administração Pública Estadual (**O Estado do Rio Grande do Sul nos Anos 80: imprevidência, subordinação e crise**), em que algumas conclusões sobre perda de receita tributária, descontrole de gastos, endividamento excessivo e carências de infra-estrutura foram apresentadas como estando ligadas, de um lado, a condições adversas impostas pela enorme centralização política que por décadas distorceu a Federação Brasileira e, de outro, a opções de governantes estaduais tanto por conceder incentivos fiscais vultosos, quanto por assumir compromissos de gasto mal planejados e por financiá-los através de endividamento.

Mais recentemente, o NEESF vem desenvolvendo uma investigação dentro de uma rede coordenada pela Fundação do Desenvolvimento do Setor Público (Fundap) de São Paulo e formada por várias instituições de políticas públicas. Dessa forma, aproveitando as novas contribuições à discussão que resultaram, organizamos este volume da revista **Indicadores Econômicos FEE** com o tema em debate **Estado e Políticas Públicas no Sul**. A seção começa com a contribuição de André Azevedo, Sérgio Monteiro e Marcelo S. Portugal sobre a relação entre as contas públicas e o investimento na economia do Sul e tem sequência com três trabalhos originados no NEESF. O primeiro, de Alfredo

Meneghetti Neto, retoma o tema de comparar as finanças dos três estados sulinos. A seguir, o texto de Mercedes Rabelo analisa a municipalização da saúde no Rio Grande do Sul. Por fim, Carlos Roberto Winckler e Salvatore Santagada discutem a descentralização da política educacional.

*Como sempre, a primeira seção da revista apresenta o acompanhamento conjuntural sistemático realizado pelos núcleos de pesquisa da FEE nas áreas: **política monetária e fiscal**, com ênfase na crise dos sistemas financeiros estaduais e no problema do déficit público; **agricultura**, enfocando as expectativas para o plantio da safra 1996/97; **indústria**, analisando a sustentabilidade do crescimento; e **relações internacionais**, onde o foco da análise recai sobre as exportações gaúchas e a recente medida federal de ampliar as isenções do ICMS.*

Na última parte, temos um conjunto de contribuições sobre temas relevantes no debate conjuntural e da política econômica. Jaime Silbert faz uma análise da península coreana; Mário Ferreira Presser aborda as mudanças nas regras do comércio mundial trazidas pela Rodada Uruguai; e Argemiro Luís Brum estuda as perspectivas do desenvolvimento no contexto da globalização. Seguem-se dois artigos sobre o desemprego e o mercado de trabalho, um enfocando as tendências nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre, de Marilis Lemos de Almeida e Sônia M. G. Larangeira; e outro, a situação do menor no mercado de trabalho, de Míriam de Toni. Encerram esta parte os trabalhos de Mirian Regina Koch e Neiva Otero Schäffer, os quais tratam das transformações que o processo de integração econômica regional vem causando nas regiões de fronteira do Mercosul.

O Editor